

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição, das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes (MDB).
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa (MDB).
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni (ARENA).
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo (ARENA).
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Eloy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 56.ª Sessão Ordinária
Realizada em 26 de Maio de 1972
(Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo; Rosário Pitelli; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basilio Zanusso; Borsari Neto; David Federmann; Gabriel Manoel; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacii; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Sebastião Rodrigues Júnior; Leopoldo Jacomet; Mauricio Fruet; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Santos Lima e Wilson Brandão. (35); achando-se ausentes os srs. Deputados Domicio Scaramella, Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Candido Martins de Oliveira; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Igo Losso; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Muggati Filho e Xenofonte Villanueva.. (12).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura das Atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFICIO:

Sob o n. 66-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando que através da Mensagem n. 49-71, de 22 de novembro de 1971, foram encaminhados a esta Casa anteprojetos de lei objetivando instituir a Fundação Instituto de Terras e Cartografia, criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas. Embora tais proposições tratem de matéria semelhante e tenham sido encaminhadas, por uma só Mensagem, solicita o Governador, providências no sentido de que os referidos planos de lei sejam autuados em separado, a fim de que possam tramitar com maior brevidade e em consonância com a sistemática desta Casa. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, seja inserido em Ata voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital do Dr. Jade Saturnino Vieira Magalhães, Conselheiro do Tribunal de Contas do vizinho Estado de Santa Catarina, mas radicado nesta cidade de Curitiba.

Solicita, ainda, que da decisão da Casa se dê ciência à família do ilustre desaparecido, Sra. Viúva Cecília Reichmann Magalhães e aos dignos membros do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1972.

(a) — ARTHUR DE SOUZA.

Requerimento

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, ouvido o Plenário se oficie aos Exmos. Senhores Governador Pedro Viriato Parigot de Souza e ao Exmo. Senhor Máximo Ivo Domingues, Secretário dos Transportes, solicitando providências urgentes para o seguinte:

1.º) Urge a construção de uma ponte sobre o Rio Piquiri, no Porto São Pedro, na estrada que liga os municípios de Assis Chateaubriand ao de Alto Piquiri.

2.º) Ocorre que em Perobal, a 15 km de Alto Piquiri, existe estrada asfaltada ligando Umuarama, Maringá e outras cidades, e todo tráfego é atraído nessa direção, sobrecarregando a balsa existente no Porto São Pedro, onde há um movimento médio diário de mais de 1.000 veículos.

3.º) Desnecessário será expor aqui o volume de produção da região de Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon e outros municípios cujo transporte converge todo no Porto supra citado.

Diante do exposto e atendendo apelo dos Prefeitos e Câmaras de Vereadores dos municípios supra, insistimos na urgência da obra que sugerimos, a fim de evitar grandes prejuízos e colapso total na futura safra.

Sala das Sessões, 25.5.72.

(a) PAULO POLI.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ata desta Sessão um voto de louvor aos Dirigentes do Centro de Integração Empresa Escola-Paraná — CIEE-Pr. pelo magnífico trabalho que vem desenvolvendo no intuito de realizar a aproximação da Escola e a Comunidade.

Requerem, também, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Odebal Bond Carneiro, Superintendente do CIEE-Pr.

Sala das Sessões em 26 de maio de 1972.

(aa) — Borsari Netto e Fabiano Braga Cortes.

JUSTIFICATIVA:

O CIEE-Pr. criado em agosto de 1967, com a finalidade de promover a integração da Empresa com a Escola, vem desenvolvendo trabalhos no sentido de que a comunidade obtenha da Universidade o respaldo necessário ao seu desenvolvimento.

No período de 1967 a 1971, entre outras atividades, destacam-se:

- a) — foram concedidas 5.400 bolsas auxílios;
 - b) — foram firmados convênios com o Mudes, STAS e LBA;
 - c) — realização da I e II Semana da Engenharia Industrial;
 - d) — preparo e início de Programas de Integração Comunitária, em bairros de Curitiba;
 - e) — participação em diversos projetos universitários, seminários e encontros.
- Entendemos que, essas atividades acrescidas ao fato de que o CIEE-Pr.,

tem à sua frente uma plêiade de professores e elementos das classes produtoras, idealistas que objetivam tornar a entidade cada vez mais atuante, justificam o requerimento apresentado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta colenda Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — Seja inserto na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de congratulações ao Professor Riad Salamuni em virtude de haver sido empossado no cargo de Diretor do Instituto de Geo-Ciências, da Universidade Federal do Paraná.

2.º — Seja, desta decisão, dado ciência ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Algacyr Munhoz Mader, através de expediente desta Casa.

Sala das Sessões em 26 de maio de 1972.

(a) JOÃO FADEL.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental,

REQUER,

consultando o Plenário se consigne na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de louvor ao Exmo. Sr. Dr. Roulien Basaglia, ilustre Secretário da Agricultura, pela implantação de um Posto Rural de Revendas de Produtos Agro-Pecuários, no Município de Adrianópolis, na última terça-feira, dando-se ciência da manifestação da Casa à Sua Excelência.

Sala das Sessões em 26 de maio de 1972.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante assina, na forma regimental e no uso de suas atribuições,

considerando que esta Casa por unanimidade aprovou a outorga de Título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor General Emilio Garrastazu Médici, Digníssimo Presidente da República, conforme Lei n. 6.208, publicada em Diário Oficial n. 100, de 23 de julho de 1971;

Considerando ainda, que o Estado do Paraná não pode perder a elevada honra em ter ao seu lado, como filho, o grande Presidente,

REQUER a final, que a Comissão Executiva desta Casa tome as providências no sentido de enviar uma Comissão composta de cinco Deputados, com destino à Capital Federal, para que em contato com S. Excia. o Sr. Presidente da República, em nome deste Poder e do povo paranaense, formule o convite e acerte os detalhes para a entrega honrosa do referido título.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1.972

a) WILSON BRANDÃO

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respectivamente, REQUER sejam enviados ofícios aos senhores Osires Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e Engenheiro Julio Alberto Habitzreiter, Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Especiais (DEOE), no sentido de que sejam procedidos reparos necessários e urgente na Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Cascavel, tendo em vista a precariedade de suas instalações e o estado desanimador em que se encontram presentemente os citados edifícios.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1.972.

JUSTIFICATIVA

Como representantes daquele município nesta Casa, não poderíamos deixar de reivindicar tal medida, principalmente pelo estado lastimável em que ora se encontram, a delegacia e cadeia pública de Cascavel.

É realmente lamentável tal estado de coisas, contudo esta situação persiste, tão somente porque não foram atendidos os inúmeros expedientes enviados aos órgãos públicos responsáveis por tal setor, que de maneira indubitavelmente estranha mantiveram-se completamente indiferentes e alheios ao problema, causando desta forma prejuízos inestimáveis ao erário público.

Em dias de chuva, a infiltração de água é quase total, provocando sérios contratempos às autoridades policiais, obrigando as mesmas à reprodução de vários processos lá instaurados e em tramitação, pois os mesmos inutilizam-se em face da umidade, provocando solução de continuidade do setor além de ocasionarem sério entrave à aplicação da justiça.

Além disto, também os móveis e utensílios daquela Delegacia de Polícia estão sendo totalmente danificados; tornando-se quase em sua totalidade impréstáveis.

Tais consequências, vêm provocando ainda sérios aborrecimentos no setor de cadeia, em face aos casos de insubordinação que ali ocorrem como demonstração de repulsa dos detentos pelo local onde se encontram detidos, tornando a segurança bem menos eficaz do que a exigida.

É motivado por tal situação, que vimos por meio deste solicitar medidas urgentes por parte dos órgãos competentes do Estado, que se atendassem viariam uma vez mais confirmar o espírito de trabalho, que tão fortemente identificam os homens públicos do nosso Paraná.

"Requerimento

Senhor Presidente:

Pelo falecimento ocorrido ontem, nesta Capital do Dr. Jade Saturnino Vieira Magalhães, Miraflores do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e aqui radicado, pedimos, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata votos do Sr. Presidente e que do ato seja comunicado à família enlutada.

O extinto, que era filho do poeta Pedro Saturnino Vieira Magalhães, exerceu vários cargos políticos, Deputado, Secretário de Estado em Santa Catarina e aqui no Paraná, participou de várias campanhas cívico-políticas.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1972.

(a) — Antônio Lopes Júnior

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 64-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao asfaltamento da rodovia que liga a BR-116 à Colônia Faria, município de Colombo, e esta a localidade de Guaratuba, na BR-476.

Art. 2.º — A despesa decorrente da presente Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1972.

(a) — **Quielise Crisóstomo**

JUSTIFICATIVA:

A Colônia Faria, no Município de Colombo, dista apenas 5 Km da BR-116, na altura do Parque Castelo Branco, e é um núcleo populacional de mais de dois mil habitantes. Além do que, com asfaltamento desta pequena estrada proporcionaria uma opção de retorno à capital, através da BR-476, aqueles que demandam do Parque Castelo Branco, diminuindo, assim o tráfego na BR-116, neste trecho.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa obrigação, de legisladores que somos, é procurar evitar certas distorções e, quando rios é possível, sanar problemas pertinentes ao nosso mandato. Ocorre que, pela sistemática implantada pela Secretaria de Educação, existe um sem número de professores que lecionam fora de sua sede fora de seu Município.

Quero focalizar o caso de Paranaguá, onde existe uma dezena de professores lecionando fora daquela cidade, especialmente os que têm que ir a Guaratuba para dar aulas, assim como os que moram em Guaratuba e fazem estágio em Paranaguá.

É óbvio que, além do veículo próprio ou alugado, têm que enfrentar o "Ferry-Boat", de propriedade do Estado e explorado pelo DER, que cobra uma taxa de três cruzeiros de ida e mais três de volta. São seis cruzeiros que gasta por dia um professor para ir de Paranaguá a Guaratuba, ou vice-versa, para fazer seu estágio. Vinte e cinco dias correspondem em média a cento e cinquenta cruzeiros. Ganham eles trezentos e cinquenta cruzeiros, de modo que quase um terço de seus vencimentos é absorvido pelo DER, ou seja, pelo Estado do Paraná.

O DER no ano passado concedia permissão, através de passes, para que os professores não pagassem a taxa, mas hoje dizem que necessitam de uma lei especial.

Assim sendo elaboraram um Projeto de Lei, que submetemos à apreciação dos Deputados e que está redigido nos seguintes termos: (Lendo):

"Projeto de Lei n.º 63-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, do pagamento da taxa de utilização do "Ferry-Boat", que liga os municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo cujo proprietário seja professor lotado em estabelecimento de ensino público e quando em trânsito do ou para o local de trabalho.

Art. 2.º — A respectiva Inspeção Regional de Ensino expedirá documento comprobatório da condição de professor, para efeito de gozar do benefício estabelecido nesta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1972.

(a) — **Nelson Buffara**.

A justificativa é a seguinte: (Lendo):

O projeto tem por fim facilitar o trânsito de professores do Estado, entre os municípios de Matinhos e Guaratuba, pelo "Ferry-Boat" operado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

A matéria nele contida funda-se no empenho de incentivar os mestres ao exercício da profissão, na orla litorânea. A região necessita de professores, porém o Poder Público deve criar condições favoráveis à fixação dos que para lá são atraídos, através de benefícios como o que ora se estabelece.

Era só, e muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao seguinte orador inscrito, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que assumimos a Tribuna, na manhã de hoje, para propor à Casa a aprovação de um requerimento vazado nos seguintes termos: (Lendo):

"Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência o registro em Ata de nossos trabalhos, com a devida comunicação ao jornal "O Estado de São Paulo" e, em especial, ao jornalista Ewaldo Dantas Ferreira, de voto de congratulações e aplausos pela publicação em série da entrevista com Klaus Altmann, sob o título "Depondo Para a História".

A referida entrevista, além de seu valor histórico, uma vez que esclarece pontos obscuros de episódios da segunda guerra mundial, reveste-se do maior significado jornalístico pelas circunstâncias em que foi obtida demonstrando isto a repercussão do feito nos maiores órgãos da imprensa mundial, situando de forma magnífica o jornalismo brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1972.

(a) — **Sebastião Rodrigues Júnior**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos aqueles que têm lido o "Estado de São Paulo", em suas últimas edições, ali terão tomado conhecimento de reportagens de autoria do jornalista Ewaldo Dantas Ferreira, de uma entrevista exclusiva com Klaus Altmann, e que vem sendo publicada, em série, sob o título "Depondo para a História".

Um episódio da 2.ª Guerra Mundial, a atuação do Grupo Nazista, que atuou nos flancos da Resistência Francesa, ficou obscuro na História daquele País.

Durante longos anos, procurou-se localizar o Comandante dos Grupos SS e da Gestapo que fora encarregado da repressão às atividades nas cidades francesas. Seu nome: Klaus Altmann, também conhecido por Klaus Barby, e foi durante muito tempo, motivo de discussão. Os atos que para muitos foram considerados bárbaros da repressão à resistência aos "maquis" da França em sua grande parcela foram sempre atribuídos a Klaus Altmann. Tanto assim que após a libertação da França foram julgados vários dos responsáveis pelo combate à resistência francesa, e, entre eles, Klaus Altmann que foi condenado à morte pela Justiça francesa.

Primeiramente averçou-se a hipótese de sua fuga para a América do Sul. E aqui foi procurado durante muitos anos, principalmente na Bolívia. Lá havia um cidadão de nome Klaus Altmann. Entretanto, tal cidadão negava ter sido o comandante das tropas de repressão à resistência francesa, o Barby dos SS e da Gestapo, na cidade de Lion.

Entretanto, a França, repetidas vezes afirmava que Altmann era o personagem e com esse fundamento pediu sua extradição primeiramente ao Peru e posteriormente a Bolívia, onde finalmente se localizou.

Essa polêmica a respeito de Altmann se arrasta pelos tempos. Então, finalmente, fez-se luz sobre o episódio com a entrevista obtida pelo repórter brasileiro junto ao qual Altmann admitiu, finalmente, que Barby era o seu nome de guerra quando comandava as tropas SS, encarregadas da repressão à resistência francesa.

O feito repercutiu, notavelmente, na imprensa internacional. Os maiores jornais da França, dos Estados Unidos, os maiores jornais da imprensa mundial, de um modo geral, estão publicando uma série de reportagens sobre o feito do repórter Ewaldo Dantas Ferreira, do "Estado de São Paulo", situando a imprensa brasileira de forma maravilhosa, porque hoje os maiores jornais do mundo estão publicando a entrevista e falando obrigatoriamente, que é obra do "Estado de São Paulo" e do repórter Ewaldo Dantas Ferreira.

Faço esse registro com satisfação, porque tenho uma grande admiração pelas atividades do jornalista, sobretudo quando ela se realiza de forma séria, como ocorre com o caso que tenho, aqui, ocasião de comentar.

Por esta razão, Sr. Presidente, formulei este requerimento, que sem dúvida alguma reconhece o óbvio reconhece aquilo que todo mundo está reconhecendo, como furo jornalístico dos mais respeitáveis, conseguido pela imprensa brasileira.

De parabéns Ewaldo Dantas Ferreira, de parabéns o jornal "Estado de São Paulo", e de parabéns a imprensa brasileira. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Netto.

O SR. BORSARI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna para abordar dois assuntos: o primeiro diz respeito às atividades do Centro-Integração Empresa-Escola, e o segundo ao ato de S. Exa. o Sr. Presidente da República, conferindo a um paranaense a mais alta honraria nacional do setor educacional.

Com relação às atividades do CIEE/Pr. em julho do ano passado ocupamos esta Tribuna porque entendíamos estar de parabéns o ensino Superior do Paraná com a designação, por ato do Magnífico Reitor da UFP, de Comissão para implantar o regime de bolsas de trabalho para estudantes universitários. Vimos o surgimento do atendimento aos estudantes carentes de recursos, além da integração da Universidade com as empresas. Hoje, através da análise dos relatórios apresentados pelo CIEE/Pr. constatamos, com satisfação, o acerto de nossas afirmações, pois somente por meio dessa entidade foram introduzidas em janeiro 105, em fevereiro 157 e em março 265 bolsas de trabalho. Assim, só no primeiro trimestre do corrente ano, 527 estudantes tiveram ajuda e estímulo para concretização de seus ideais universitários. Entendemos que essa atividade do CIEE/Pr. já se constituiria em justificativa ao Requerimento que apresentamos com o Deputado Fabiano Braga Cortes.

Com relação ao segundo assunto: O Presidente da República condecorará no próximo dia 8 de junho, com a mais alta honraria nacional no âmbito da Educação o eminente professor Dr. Algacyr Munhoz Maeder.

É o professor Algacyr Munhoz Maeder o único paranaense a ser distinguido com tal condecoração, a mais alta comenda nacional do setor educacional.

Entendemos, assim, bastante oportuno o requerimento que apresentamos.

(Lendo):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje votos de contratulações da Casa, ao Magnífico Reitor Professor Doutor Algacyr Munhoz Maeder, da Universidade Federal do Paraná, por ter sido distinguido com o "Grau Oficial da Ordem Nacional do Mérito Educativo".

Requer também, que da decisão desta Assembleia, seja feita comunicação ao Magnífico Reitor.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1972.

(a) — **Borsari Netto**

JUSTIFICATIVA:

O Presidente da República condecorará, no próximo dia 8 de junho, com a mais alta honraria nacional no âmbito da Educação ao eminente professor Dr. Algacyr Munhoz Maeder.

É o professor Algacyr Munhoz Maeder o único paranaense a ser distinguido com tal condecoração, a mais alta comenda nacional do setor educacional.

Entendemos, assim, bastante oportuno o requerimento que apresentamos.

Requeiro, também, que da decisão desta Assembleia seja feita comunicação ao Magnífico Reitor. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Deputado Quielise Crisóstomo.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar queríamos usar da Tribuna no Pequeno Expediente para um agradecimento ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Sr. Governador do Estado pela instalação do Posto de Revenda de Material Agro-Pecuário e Assistência de Medicamentos no município de Adrianópolis.

Parece uma coisa tão pequena, tão insignificante que, por ser rotina de Governo, não mereça destaque tão grande como o que pretendemos dar no dia de hoje.

O município de Adrianópolis, por força própria, pelas condições naturais do solo e da sua distância de Curitiba, vem se transformando na nova horta leiteira e também, em razão de sua cultura no setor frutífero, está se tornando um dos maiores na exportação de frutas.

Estivemos, terça-feira última, com o representante da Secretaria de Agricultura inaugurando esse Posto de Revenda no município de Adrianópolis e S. Exa. mostrou-se entusiasmado com as condições que oferece o Vale da Ribeira para a instalação do plano de abastecimento frutífero para Curitiba. Acreditamos que, em curto prazo de tempo, a Secretaria voltará os seus olhos para essa região com relação a esse plano de fruticultura e também da instalação da nova Horta Leiteira de Curitiba.

Com relação ao Vale da Ribeira, ouvimos, durante este ano, pronunciamentos vários e vimos, inclusive, um pronunciamento de um Secretário de Estado através da imprensa do Paraná, sobre a preocupação do Estado com relação ao Vale da Ribeira relativamente à sua margem direita, no lado do Paraná, para evitar o exodo da população, pelo prestígio que haveria de dar este ano o Governo de São Paulo, na margem esquerda do Vale da Ribeira, do lado paulista.

Tivemos hoje na "FOLHA DE SÃO PAULO", uma comunicação que, para documentar a necessária preocupação nossa, com esta valorização do Estado do Paraná, no Vale da Ribeira, nós faremos a leitura do texto: (lendo):

"MAIS 100% PARA PROFESSORES QUE IRÃO AO RIBEIRA: —

Os 205 professores inicialmente incluídos no novo plano de ensino para o Vale do Ribeira, que começará a ser executado dia 1.º, terão seus vencimentos suplementados em 100%. Foi o que ficou decidido no encontro que o Governador Laudo Natel teve ontem com a Secretaria da Educação, professora Esther de Figueiredo Ferraz, para ultimar os detalhes do plano. Os professores atuarão em 205 escolas de ação comunitária, ao lado de 21 orientadores e 2 coordenadores técnicos treinados na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz".

Eis portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o imperativo da nossa participação consentânea, sintética, com o Governo do Estado de São Paulo, para que não possamos ver a curto prazo, a evasão do nosso povo para o lado de lá do Rio, aproveitando as oportunidades que evidentemente o Governo de São Paulo dará, para o progresso desta faixa promissora e próxima das duas Capitais.

Era este o nosso pronunciamento, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. Deputado Paulo Poli, quinto orador inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Realmente, no Pequeno Expediente o nosso tempo é escasso, e segundo o Regimento não são permitidos apartes. Então aqui me encontro, apenas para dividir este pronunciamento em três itens:

1.º) Estou elaborando um ofício a Sua Excelência o Deputado João Mansur, por sugestão e por inspiração, orientação do mesmo, com relação às contas do Governo passado, às contas de 1.970, inclusive as do próprio Tribunal de Contas que já se encontram na Comissão que nós presidimos, e que irão ficar à disposição de todos os Srs. Deputados, naquela Comissão. Mas esta é apenas uma comunicação, e, tão logo o líder receba oficialmente este documento, irá disciplinar de que forma será, qual será o critério adotado para que todos os Srs. Deputados tenham acesso àquela documentação. É intenção nossa também, convocarmos a reunião para apreciação destas contas, com 30 dias de antecedência.

O item 2.º, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o seguinte:

Nós estamos vendo com satisfação até, que está frutificando a idéia que nós apreciamos, como paranaenses e como brasileiros, no que tange ao estudo da revisão política do País.

Tão logo nós levantamos esta tese, desta Tribuna, os principais jornais do Paraná noticiaram fartamente aquela notícia. Os grandes órgãos de divulgação, como "O ESTADO DO PARANÁ", o "DIÁRIO DO PARANÁ", enfim, toda a nossa imprensa, os principais jornais; hoje nós vemos toda a imprensa nacional divulgando esta notícia mas já sabemos, por correspondência que temos em mãos, que já existe uma Comissão formada na Câmara Federal para examinar com profundidade este trabalho. A "FOLHA DE SÃO PAULO", de hoje, traz também estampada a manchete "EM ESTUDO A REDIVISÃO POLÍTICA DO PAÍS"; então, na próxima semana nós pretendemos voltar no Grande Expediente, para tratarmos deste assunto.

E finalmente o item 3.º:

Nós estamos comunicando à Casa, que a exemplo do que fizemos à semana passada, estamos enviando novo apelo — desta vez em forma de apelo e rão de protesto, por enquanto — a Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes, para a necessidade urgentíssima da construção de uma ponte sobre o rio Piquiri na estrada que liga Assis Chateaubriand a Alto Piquiri porque toda a grande produção da região de Assis Chateaubriand — Marechal Rondon e atrainda para esta estrada, tendo em vista o asfalto que já se encontra a 15 kms. de Alto Piquiri no Distrito de Brasilândia, e então é normal, lógico e natural que todo o tráfego para escoamento da produção seja atinado para este sentido, sobrecarregando uma balsa sobre o Rio São João que atende a uma média diária de mil caminhões, formando uma enorme fila e a fim de que se evite um colapso no próximo ano naquela região. Desde que não tenhamos oportunidade de dialogar com S. Exa. o Sr. Secretário, estamos enviando à apreciação desta Casa, em data de hoje, fazendo, desta vez, primeiro um apelo para que S. Exa. tome as providências que o caso requer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o primeiro orador inscrito no Grande Expediente Sr. Deputado Muggiati Filho. Com a ausência do Deputado Muggiati Filho, concedo a palavra ao Sr. Nivaldo Krüger. Não estando presente o Sr. Nivaldo Krüger, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Lopes Jr. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, e não havendo mais oradores inscritos, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei n.º 63/72 de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei n.º 64/72, de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 87/70, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaira, passando pelos Municípios de Assis Chateaubriand, Porto Palotina, Distrito de Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 87/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaira, passando pelos Municípios de Assis Chateaubriand, Porto Palotina, Distrito de Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 176/70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Guaraniaguá e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 176/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Guaraniaguá, um Colégio Comercial Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão através das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 197/70, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 197/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Jussara, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 198/70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 198/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Tijucas do Sul, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 206/70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginasial em Sapopema e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 206/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Sapopema, um curso ginasial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 212/70, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em Nova América da Colina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 212/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Nova América da Colina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 222/70, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em São Jerônimo da Serra. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 222/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal de Grau Colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 281/70, fica criado o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 281/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 292-70, fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 292-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 9-71, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 9-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 34-71 fica criada uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 34-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 35-71, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 35-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 2-72, que concede anistia fiscal de multas, juros e majorações legais, lançados até 31.12.71, aos contribuintes em atraso com o imposto de circulação de mercadorias e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 2-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972 poderão requerer ao Secretário da Fazenda anistia condicional das multas e dos pagamentos da parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, não capitalizável, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Lei.

§ 2.º — A anistia da multa e acréscimo abrange quaisquer créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo ajuizados para cobrança executiva, ou objeto de parcelamento em curso.

§ 3.º — Quando o crédito tributário esteja sendo cobrado judicialmente deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais, além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4.º — A anistia prevista nesta Lei não alcança as quantias já exigidas antes de 30 de outubro de 1969 e vinculadas a estímulo à atividade funcional de fiscalização tributária.

§ 5.º — Se o débito já estiver sendo discutido na esfera administrativa ou se for objeto de parcelamento em curso, o pedido de anistia deverá ser feito junto aos respectivos processos.

Art. 2.º — Na denúncia espontânea acompanhada do pagamento do imposto de vendas e consignações ou do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devidos antes de 1.º de janeiro de 1972, é dispensado o acréscimo de 10% (dez por cento) previsto na Lei n.º 5.463, de 31 de dezembro de 1966.

Parágrafo único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo a que alude este artigo se a denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 3.º — A anistia prevista nesta Lei não autoriza em nenhuma hipótese, a restituição de multas ou acréscimos já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 4.º — Esta Lei será regulamentada através de instrução da Secretaria da Fazenda.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) — Presidente — Cândido M. de Oliveira

Relator —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 5-72, — Mensagem n.º 1-72, encaminhado ante projeto de Lei que concede, abono provisório de 12% (doze) por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e aos integrantes da P.M.E. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 5-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido a partir de 1.º de maio de 1972, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e ainda, aos integrantes da Polícia Militar do Estado, um abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são majorados em 12% (doze por cento) a partir de 1.º de maio de 1972.

Art. 3.º — O abono provisório e majoração de que trata esta Lei, aplicam-se na mesma proporção e vigência, ao respectivo pessoal inativo e em disponibilidade.

Parágrafo único — Na aplicação do disposto neste artigo, será obedecido o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado, ou posto em disponibilidade.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 5.º — Para a fiel execução do disposto nesta Lei, o Chefe do Poder Executivo baixará decreto fazendo publicar as tabelas dela decorrentes.

Art. 6.º — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) — Cândido M. de Oliveira — Presidente

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 3/72 — ex-Proposição n.º 93/72 — ratifica convênios firmados em 20-12-71, entre o Governo do Estado e Municípios que especifica, visando colaboração técnica e assistencial, através do programa de integração fazendária — "PROFAZ", instituído pela Lei n.º 6.211, de 2 de agosto de 1971. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos dos convênios firmados, em data de 20 de dezembro de 1971, entre o Governo do Estado e os Municípios a seguir discriminados, visando recíproca colaboração técnica e assistencial, através do Programa de Integração Fazendária — "PROFAZ", instituído pela Lei n.º 6.211, de 2 de agosto de 1971:

Abatiá — Adrianópolis — Agudos do Sul — Almirante Tamandaré — Alto Paraná — Alto Piquiri — Altônia — Amporé — Ampere — Antônio Olinto — Apucarana — Arapongas — Arapoti — Araruna — Araucária — Assis Chateaubriand — Astorga — Atalaia — Alvorada do Sul — Barracão — Balsa Nova — Barbosa Ferraz — Bela Vista do Paraíso — Bituruna — Boa Esperança — Bocaiúva do Sul — Bom Sucesso — Borrazópolis — Colorado — Curitiba — Castro — Capanema — Cambira — Cafeara — Cambé — Campina Grande do Sul — Campo do Tenente — Campo Mourão — Cascavel — Catanduvas — Centenário do Sul — Cerro Azul — Céu Azul — Chopinzinho — Cianorte — Cidade Gaúcha — Clevalândia — Colombo — Congoninhas — Conselheiro Mairink — Corbeia — Cornélio Procopio — Cruzeiro do Oeste — Cruzeiro do Sul — Cruz Machado — Curitiba — Diamante do Norte — Doutor Camargo — Enéas Marques — Engenheiro Beltrão — Faxinal — Fênix — Florai — Floresta — Florestópolis — Foz do Iguaçu — Francisco Beltrão — Formosa do Oeste — General Carneiro — Guaraniáçu — Goioerê — Grandes Rios — Guaira — Guapi — Guaporema — Guaraci — Guarapuva — Guraqueçaba — Guaratuba — Icaraima — Iguaçu — Iretama — Ibatia — Ibiçara — Ibituba — Inácio Martins — Inajá — Indianópolis — Ipiranga — Iporã — Itaguapé — Itambacá — Itambé — Itaipava do Oeste — Itaúna do Sul — Ivaí — Ivaiporã — Ivatuba — Jataizinho — Jaboti — Jacarezinho — Jaguapitã — Jaguariava — Janiópolis — Japira — Jardim Olinda — Jussara — Kaloré — Lapa — Leopoldina

— Lobato — Londrina — Lupionópolis — Laranjeiras do Sul — Marechal Cândido Rondon — Marmeleiro — Marialva — Marilena — Mallet — Mamborê — Mandaguaçu — Mandaguari — Mandirituba — Mangueirinha — Manoel Ribas — Maria Helena — Marilândia do Sul — Mariluz — Maringá — Mariópolis — Marumbi — Matelândia — Medianeira — Matinhos — Mirador — Miraselva — Moreira Salles — Morretes — Munhoz de Mello — Nova Fátima — Nova Cantu — Nossa Senhora das Graças — Nova Aliança do Ivaí — Nova América da Colina — Nova Aurora — Nova Esperança — Nova Londrina — Ortigueira — Ourizona — Paraíso do Norte — Presidente Castelo Branco — Paissandu — Palmas — Palmeira — Palmital — Palotina — Paranacity — Paranaguá — Paranapoema — Paranavai — Pato Branco — Paula Freitas — Paulo Frontin — Peaburu — Pérola — Pérola do Oeste — Pien — Pinhalão — Piraquara — Planaltina do Paraná — Planalto — Ponta Grossa — Porecatu — Porto Amazonas — Porto Rico — Porto Vitória — Primeiro de Maio — Prudentópolis — Pirai do Sul — Quatiguá — Quatro Barras — Querência do Norte — Quinta do Sol — Quitandinha — Quedas do Iguaçu — Reserva — Rancho Alegre — Rebouças — Ribeirão Claro — Rio Azul — Rio Bom — Rio Branco do Sul — Rio Negro — Roncador — Rondon — Rolândia — São Jorge do Oeste — Sabaudia — Salto do Itararé — Saldo do Lontra — Santa Amélia — Santa Fé — Santa Cecília do Pavão — Santo Inácio — Santa Cruz do Monte Castelo — Santa Helena — Santa Inês — Santa Izabel do Ivaí — Santa Izabel do Oeste — Santa Mariana — Santana do Itararé — Santo Antônio da Platina — Santo Antônio do Caiuá — Santo Antônio do Paraíso — Santo Antônio do Sudoeste — São Carlos do Ivaí — São Jerônimo da Serra — São João do Caiuá — São Jorge do Ivaí — São José da Boa Vista — São José dos Pinhais — São Mateus do Sul — São Pedro do Paraná — São Sebastião da Amoreira — São Tomé — Sapopema — Sengés — Sertaneja — Sertãozinho — Siqueira Campos — Tambora — Tapejara — Tapira — Teixeira Soares — Telêmaco Borba — Terra Roxa do Oeste — Tibagi — Tijucas do Sul — Toledo — Tomazina — Tuneiras do Oeste — Ubatuba — Umuarama — União da Vitória — Uniflor — Uraí — Vitorino — Xambê — Wenceslau Braz.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Antônio Maciel

Basilio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 9/72, que referenda alienação de área de terras com 242.968 m², situadas em "Morro Caleiras", Município de Guaratuba. — **Aprovado.**

O PRESIDENTE — Já está devidamente publicada a Emenda Constitucional recebida pela Mesa no dia 15 último, tendo sido os avulsos respectivos distribuídos aos Srs. Deputados.

Assim, na forma do Artigo 197 do RI, redação dada pela Resolução 2-71, abre-se o prazo de três dias para apresentação de Emendas.

Segunda, terça e quarta-feira próximas, portanto, a Mesa receberá Emendas à Proposta.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Piquiri, no Porto São Pedro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jade Saturnino Vieira Magalhães. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de louvor aos Dirigentes do Centro de Integração

— Empresa Escola Paraná, pelo magnífico trabalho que vem desenvolvendo no intuito de realizar a aproximação da Escola e a Comunidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, por ter sido distinguido com o "Grau Oficial da Ordem Nacional do Mérito Educativo". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Riad Salamuni, em virtude de haver sido empossado no cargo de Diretor do Instituto Geo-Ciências, da Universidade do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Sebastião Rodrigues Júnior, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ewaldo Dantas Ferreira, pela publicação em série da entrevista com Klaus Altmann, sob o título "Depoimento para a História". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário da Agricultura, pela instalação de um Posto Rural de Prendas de Produtos Agro-Pecuários, no município de Adrianópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando que a Comissão Executiva desta Casa tome providências, no sentido de enviar uma Comissão composta de cinco Srs. Deputados, com destino à Capital Federal, para que em contacto com o Sr. Presidente da República, em nome deste Poder e do povo Paranaense formule o convite a acerte os detalhes para a entrega honrosa do título de Cidadão Honorário a S. Exa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Especiais, no sentido de que sejam providos reparos necessários e urgentes na Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jade Saturnino Vieira Magalhães. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 288.70 e 25.72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 284.71, 285.71 e dos Projetos de Resolução n.os 6-72, 7-72 e 8-72;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 202.69, 152-70, 169.70, 197.71 e 281.71.

A Presidência lembra ainda aos Srs. Deputados, que segunda-feira, dia 29, às 14,00 horas, haverá uma Sessão Extraordinária com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N.º 173-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.463 de 17 de maio de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

Designar Bernardo Siqueira Savio, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral